



A PEDAGOGIA SOCIALISTA E A SUA CRÍTICA À TÉCNICA NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Isis Moraes Zanardi*
Leonardo Guedes Henn**
Marcos Alexandre Alves***

Resumo: Objetiva-se neste texto discutir a perspectiva tecnicista apresentada na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e na BNCC e apontar uma crítica a partir da pedagogia socialista. A técnica, na perspectiva socialista, é vista como uma contribuição para a formação de uma juventude capaz de construir um mundo melhor e que possibilite a transformação da economia e o progresso social. Além disso, visa preparar os jovens para viver no mundo, no viés político e econômico, todavia, a finalidade que se dá a ela não pode ser voltada somente a produção em massa e a ocupação de um lugar no mercado de trabalho. Porém, a técnica, na perspectiva neoliberal, visa preparar o indivíduo para a produção e não necessariamente a dimensão crítico-reflexiva. Tanto na BNCC quanto na Lei de reforma do Ensino Médio, percebe-se que o ensino de humanidades torna-se fragilizado, disciplinas como Filosofia, Sociologia, História ficam em segundo plano e predispõem do interesse dos educandos, ou seja, a sua autoridade enquanto disciplina necessária para a formação do ser humano, perde sua importância e passa a ser apenas disciplinas que serão problematizadas nas demais áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Pedagogia Socialista. Técnica. Base Nacional Comum Curricular.

Introdução

A discussão atual referente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta diversos pontos de divergências entre os educadores, educandos e aqueles que a propõem. Diante disso, o intuito desse artigo é discutir a perspectiva tecnicista apresentada na Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 e na BNCC e apontar uma crítica a partir da pedagogia

* Licenciatura plena em Filosofia. Mestranda em Ensino de Humanidades e Linguagens – Centro Universitário Franciscano. E-mail: zanardi.m@hotmail.com

** Doutor em História. Professor adjunto do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens – Centro Universitário Franciscano. E-mail: lghenn@gmail.com

*** Doutor em Educação. Professor adjunto do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens. – Centro Universitário Franciscano. Email: maralexalves@gmail.com

socialista. A técnica, na perspectiva socialista é vista como uma contribuição para a formação de uma juventude capaz de construir um novo mundo melhor e que possibilite a transformação da economia e o progresso social.

A técnica se faz importante na medida em que prepara os jovens para viver no mundo, no viés político e econômico, todavia, a finalidade que se dá a ela não pode ser voltada somente a produção em massa e a ocupação de um lugar no mercado de trabalho. No viés neoliberal, não há a necessidade de levar o indivíduo à reflexão, mas direcioná-lo à produção.

A Base Nacional Comum Curricular na introdução da sua segunda versão, declara:

Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para **a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva** (BRASIL, 2017a, p. 7, grifos do autor).

Porém, a questão de fato é: em que medida a Base Nacional Comum Curricular visará à formação integral do ser humano? O ensino de humanidades torna-se fragilizado, disciplinas como Filosofia, Sociologia, História ficam em segundo plano e predispõem do interesse dos educandos, ou seja, a sua autoridade enquanto disciplina necessária para a formação do ser humano, perde sua importância e passa a ser apenas disciplinas que serão problematizadas nas demais áreas do conhecimento.

1 A técnica na perspectiva socialista e neoliberal

A pedagogia socialista surge anterior a formação da URSS (1922), na sua fase pré-revolucionária, com o intuito de formar cidadãos aptos à vida política, Lênin (1870-1924) tinha como intuito acabar com o analfabetismo, de acordo com o mesmo, uma pessoa analfabeta não participaria da vida política, e para que a sua participação pudesse ser efetivada, tornar-se-ia necessário que ela aprendesse a ler e a escrever. Nessa perspectiva, no ano de 1918, é assinado um decreto “sobre a mobilização dos que sabem ler e escrever”, o que levará a toda a população culta a se comprometer com o trabalho de instrução social. No ano subsequente, Lênin assinou o decreto “Sobre a liquidação do analfabetismo”, o que obrigava todas as pessoas entre 8 e 50 anos a se alfabetizarem na sua língua materna ou na russa. Além da obrigatoriedade, foi oferecido condições para que isso de fato fosse realizado, a partir de uma educação popular, ou seja, a abertura de uma educação não-formal e informal, abrindo espaços além da escola (espaço formal).

Diante disso, para dar suporte a discussão, partir-se-á da análise da Base Nacional Comum Curricular, a segunda versão, e a Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 e, juntamente, de autores como Nadezhda Krupskaya, Pistrak, Anton Makarenko e Viktor Shulgin, bem como contar-se-á com o auxílio de artigos que versam sobre a temática.

Para iniciar a discussão sobre a técnica, se faz necessário introduzir o pensamento da pedagogia socialista e os principais educadores envolvidos em um desenvolvimento integral do ser humano no processo de pré-revolução e instauração da União Soviética. Na construção de um estado socialista tem-se como intenção preparar os jovens e os adultos para a participação efetiva na vida política. Mediante a isso, visou-se uma educação que focasse no coletivo e principalmente no trabalho harmonizado entre a técnica e a construção humanizadora do indivíduo.

Uma das principais representantes dessa educação foi a esposa de Vlademir Lênin, Nadezhda Konstantionovna Krupskaya (1869-1939), que ao examinar a questão da educação, num regime socialista, em 1899, escreve uma obra intitulada *A mulher trabalhadora*, em que afirma que a nova sociedade deveria preocupar-se em garantir às crianças meios indispensáveis para a existência, como também, deveria criar condições materiais com tudo que fosse necessário para o desenvolvimento pleno, multilateral e harmonioso.

A educadora demonstrava preocupação, de forma recorrente em seus textos, com a necessidade de que as crianças e jovens recebessem uma educação pública, ou seja, que fosse separada do ambiente do lar, pois tradicionalmente a sociedade russa incutira, especialmente na mulher, uma mentalidade de submissão religiosa e de respeito aos mais ricos. Sendo assim, uma educação de caráter socializante, segundo ela, seria fundamental para evitar que os alunos introjetassem elementos da referida educação tradicional, através do ambiente familiar (KRUPSKAYA, 2017, p. 24).

Outra abordagem relevante nos textos de Krupskaya diz respeito ao ensino politécnico, assunto que será eixo central da construção da educação socialista na URSS e abordado por outros pedagogos, como Pistrak e A. Lunacharsky (1875-1933). Em geral, os educadores ligados ao Comissariado do Povo Para a Educação (Narkompros), órgão responsável pela educação da Rússia pós revolucionária, defendiam a ideia de que não deveria haver uma especialização da juventude antes dos 17 anos. Antes dessa idade, os jovens deveriam receber uma educação multilateral, que envolvesse o trabalho com finalidades pedagógicas. Dessa maneira, pensava-se que seriam desenvolvidos os princípios científicos gerais da organização do trabalho (KRUPSKAYA, 2017, p. 12). É importante destacar que, mesmo diante da contrariedade dos referidos pedagogos, posteriormente se antecipou a

especialização técnica para os jovens para a idade de 15 anos, devido à pressão de setores sindicais interessados na aceleração do desenvolvimento industrial da Nação. Sendo assim, inegavelmente, os princípios da educação multilateral foram, de alguma forma, abalados.

A defesa da educação multilateral ou unilateral pelos educadores soviéticos se inspirava nos escritos de Marx, o qual considerava ser de fundamental importância a superação da alienação humana, na qual todo o homem alienado por outro, estaria alienado da própria natureza e o desenvolvimento positivo estaria alienado a uma esfera restrita. Superando tal situação, o ser humano poderia ter “um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades, e da capacidade da sua satisfação” (MANACORDA, p. 78-79).

Seguindo os passos de Lênin e de Krupskaya, Anton Semionovitch Makarenko (1888-1939) propõe uma pedagogia voltada ao desenvolvimento de um conjunto de metodologias para que se promova uma educação de qualidade voltada para o caráter das crianças, partindo da experiência prática da organização da escola como coletividade em cada uma de suas fases.

O pedagogo socialista coloca o educando em foco principal para a elaboração e desenvolvimento dos processos produtivos, na medida que visa as exigências progressivas a que cada indivíduo estava submetido, com o pensamento focado no processo de formação do coletivo, buscando como objetivo educacional que a personalidade do indivíduo possuía, ao mesmo tempo, a maior disciplina e a mais ampla liberdade.

Makarenko inicia sua jornada como pedagogo em uma das primeiras colônias Górkis, essas tinham como intuito formar e socializar jovens delinquentes para retornarem a vida cidadã. As colônias surgiram a partir do ideal de Máximo Gorki (1868-1936), que tinha como intuito resolver o problema educacional da delinquência infantil, na medida em que na Rússia pré-revolucionária, todos os reformatórios infantis eram considerados estabelecimentos correcionais, o que fazia existir uma dependência de uma administração judicial, o que afastava cada vez mais esses jovens da sociedade e acarretava no efeito contrário do que era desejado.

A estratégia utilizada para que o processo de solução do problema educacional, surge a partir da perplexidade de qual método deveria ser utilizado. Anton Semionovitch não queria aplicar punições, mas sim, propor um ideal disciplinar em que ao conquistar a disciplina dos educandos pela própria iniciativa dos mesmos, fosse possível torná-los novamente jovens socializados. Mediante a isso, organizou a vida da colônia num sistema de interligação coletiva de responsabilidades, de maneira que os próprios educandos se sentam parte fundamental do todo.

Para além disso, o pedagogo destaca a importância do trabalho e da técnica para intermediar essas relações, tinham-se como ideal que as escolas russas de trabalho deveriam ser reestruturadas na medida em que estavam baseadas em uma visão burguesa. Logo, dever-se-ia implantar a instrução geral e politécnica gratuita e obrigatória (na qual se ensina teoria e prática dos principais ramos da produção) para jovens de ambos os sexos até 16 anos, também, unir intimamente o ensino ao trabalho sócio-produtivo, pois isso resultaria na intensificação da ação política e a conscientização social entre os docentes e discentes. Nessa caminhada dever-se-ia incorporar a população trabalhadora numa participação ativa na instrução pública, o que faz a promoção da ampla colaboração do poder soviético na auto-educação e formação individual dos operários e camponeses trabalhadores.

Dentro dessa perspectiva, tem-se como contemporâneo de Makarenko, M. Pistrak (1888 – 1940), não se tem muitas informações sobre ele, todavia, a maioria dos registros das suas reflexões pedagógicas partiu de sua própria prática de professor e militante socialista. A sua obra *Fundamentos da Escola do Trabalho* foi escrita em 1924, pós URSS, é a única contribuição que chegou em língua portuguesa até nós. Conforme Roseli S. Caldart que faz a apresentação da obra, descreve:

Sua maior contribuição foi ter compreendido que para transformar a escola, e para colocá-la a serviço da transformação social, não basta alterar os conteúdos nela ensinados. É preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os novos objetivos de formação de cidadãos, capazes de participar ativamente do processo de construção da nova sociedade (PISTRAK, 2000, p. 8)

A contribuição de Pistrak apresentada por Caldart está na mesma direção da qual fundamenta as críticas direcionadas ao surgimento da Base Nacional Comum Curricular e, juntamente, as reformas propostas para o Ensino Médio. A questão em si é que a construção da BNCC busca garantir um ensino focado na formação dos jovens para o mercado de trabalho, porém, na medida em que não há o incentivo para a formação continuada.

Pistrak destaca a importância da união entre a teoria e a prática, de modo que faça os docentes refletirem sobre a sua atuação diante aos jovens, frisando:

Sem uma teoria de pedagogia social, nossa prática levará a uma acrobacia sem finalidade social e utilizada para resolver os problemas pedagógicos na base das inspirações do momento, caso a caso, e não na base de concepções sociais bem determinadas (PISTRAK, 2000, p. 24).

E ainda acrescenta, descrevendo sobre os docentes, que se esses estiverem abandonados a si mesmo, não encontrarão sempre a solução indispensável ao problema que enfrenta, mas, na medida em que o trabalho é coletivo, da análise coletiva do trabalho da escola, o esforço será um trabalho criador. Isso porque, “[...] a escola não é um fim absoluto, também não pode ter finalidade educacionais absolutas, e por isso mesmo, não teria condições de criar individualidade harmônica abstrata [...]” (PISTRAK, 2000, p. 29), isto é, a escola deve refletir sobre o seu tempo e não pode deixar de refletir. Nesse viés, a essência que deve ser buscada é:

Em termos mais concretos, é preciso que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual é a natureza da luta travada atualmente pela humanidade; em segundo lugar, qual o espaço ocupado pela classe explorada nesta luta; em terceiro lugar, qual o espaço que deve ser ocupado por cada adolescente; e, finalmente, é que cada um saiba, em seus respectivos espaços, travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo-as por um novo edifício (PISTRAK, 2000, p. 31).

Concomitantemente a isso, tem-se o educador e historiador Viktor Nikolaevich Shulgin (1894 - 1965) que trabalhou ao lado de Pistrak na Escola-Comuna Experimental Demonstrativa do Comissariado do Povo para a Educação em Moscou. E descreve que o ideal da escola do trabalho proposta pelo viés socialista visa as relações com a realidade atual, penetrá-la e viver nela, e uma auto-organização dos educandos, na medida em que ao analisarmos.

Na medida em que as fábricas cresciam no século XIX, muitas máquinas eram substituídas por outras o que mudava também o método de trabalho, e com as máquinas tomando os lugares dos operários, esses corriam desempregados em fábrica em fábrica. Porém, cada vez mais a mão de obra necessitava de uma maior especialização, novas habilidades, hábitos, um certo nível de conhecimento e de alfabetização, o que tornava desvantajoso ter operários analfabetos (SHULGIN, 2013).

Mediante a isso, lutou-se por uma educação universal, o que fez surgir cursos profissionalizantes e escolas, assim nascia a escola politécnica, que nasce do trabalho e baseia-se nele. Isso significa que não foi baseada por idealizações, mas é a continuação de um processo educativo não organizado, ou seja, a partir de um viés informal, que ensina de modo espontâneo, caso a caso, para melhorar o efeito do trabalho.

Entretanto, é importante salientar que o ensino politécnico que é baseada a escola do trabalho socialista não é o mesmo em que se baseia o ensino politécnico capitalista, posto que a burguesia visa seus próprios interesses e objetivos, “[...] não para ajudar as crianças a

receber *inteiramente* tudo o que dá a produção, as relações de produção, a luta de classes, tão brilhantes, fortes, proeminentes no ambiente da fábrica, mas para realizar os seus propósitos.” (SHULGIN, 2013, p. 176).

Nesse viés capitalista, a reforma brasileira do Ensino Médio, descreve sobre a formação técnica:

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade (BRASIL, 2017b).

E ainda acrescenta,

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

I - demonstração prática;

II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar;

III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas;

IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais;

V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras;

VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias (BRASIL, 2017b).

É perceptível que o intuito da reforma é receber “[...] uma educação geral apenas na medida e em certo grau, para não deixar de ser uma máquina” (SHULGIN, 2013, p. 176) na hipótese que os ensino focados no processo humanizador, tornam-se apenas estudos obrigatórios dissolvidos nas demais disciplinas, o que ocorre com a Filosofia, Educação Física, Sociologia e Artes, e a História nem parte da construção das disciplinas formadoras, se faz presente.

O neoliberalismo pode ser definido por um novo momento do liberalismo em nível mundial, após décadas de predomínio de governos mais intervencionistas na economia e promovedores de políticas públicas, nos países capitalistas, tanto nos Estados Unidos da América quanto na Europa. Tal modelo, com maior participação do Estado, denominado de Estado de Bem Estar Social, predominou desde a década de 1930, após a Grande Depressão, até meados da década de 1970. A partir desse momento e até a atualidade, uma nova forma de

liberalismo emergiu, integrando noções dos séculos XVIII e XIX de livre mercado e *laissez-faire* em todos os aspectos da vida contemporânea (MCCARTHY; PITTON; KIM; MONJE, 2011, p. 52). Neste sentido, na perspectiva neoliberal a vida das pessoas individualmente e da sociedade como um todo deve ser orientada pela lógica do mercado de maximização dos lucros. “Como a sobrevivência do sujeito neoliberal não mais depende da sociedade (é agora sua própria responsabilidade), ele agora não tem mais o compromisso com o social” (MCCARTHY; PITTON; KIM; MONJE, 2011, p. 54).

Na área da educação, a orientação neoliberal consiste na efetivação de uma lógica de comoditização, mercadização, competição e análise de custo-benefício - e parece estar imune a argumentos empíricos (APPLE, p. 18, 2017). Não há compromisso com qualquer forma de solidariedade social no sentido que possa contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.

O que difere da proposta pedagógica socialista, pois a educação na perspectiva socialista é oferecer aos educandos a capacidade de resolver a síntese entre o “eu e o outro”, a relação “indivíduo e sociedade”, dotá-lo de princípios que permitam uma avaliação moral de sua própria pessoa enquanto membro de uma sociedade, o que dará o lugar de luta pela existência.

Já a “escola deve agir de uma forma que responder a esta questão seja uma necessidade pessoal e irresistível para a criança, uma necessidade que se faça sentir praticamente” (PISTRAK, 2000, p. 107). A escola não pode mais e nem deve servir aos interesses ideológicos liberais, deve atribuir um papel cultural, contribuindo para o livre progresso da civilização, mas a técnica ou o tecnicismo deve visar a melhoria estatal para que todos vivam bem em sociedade. A técnica nessa perspectiva é para tornar os cidadão aptos a viver da melhor forma no coletivo, aprimorando-se para o aprendizado social e efetivo enquanto um ser integrado ao meio político, econômico e social.

Conclusão

Portanto, a discussão presente no artigo possibilita um novo olhar direcionado ao que se compreende por técnica. O intuito foi possibilitar a reflexão sobre o modelo de ensino politécnico na medida em que dispõe de um olhar crítico e que para que exista uma educação integral do indivíduo, não se deve deixar de lado a literatura, filosofia, história, sociologia, entre outras. Todavia, ela deve fazer parte do currículo para que seja possível repensar as práticas sociais e a própria vida ativa na política. Mediante a isso, a perspectiva neoliberalista

possui um intuito de formar seres humanos livres e emancipados e aptos para fomentar e atuar no mercado de trabalho, porém sem descuidar-se da formação crítico-reflexiva.

Referências

APPLE, M. **A educação pode mudar a sociedade?** Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2017a.

BRASIL, Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 08 out 2017.

CAPRILES, R. **Makarenko:** o nascimento da pedagogia socialista. Editora Scipione, 1989. (Série Pensamento e ação no magistério).

KRUPSKAYA, N. K. **A construção da pedagogia socialista.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MCCARTHY, C.; PITTON, V.; KIM, S.; MONJE, D. *Movimento e estase da reorientação neoliberal da escolarização.* In APPLE, M. W.; AU, W.; GANDIN, L. A. (orgs.). **Educação Crítica: análise internacional.** Porto Alegre: Artmed, 2011, pp. 49-65.

PISTRAK, M. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SHULGIN, V. N. **Rumo ao politecnismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.